



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006078-17.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Inquérito / Processo / Recurso Administrativo**
 Impetrante: **Labsolucoes Laboratorio de Analises Clinicas Ltda**
 Impetrado: **Prefeito Municipal do Municipio de Sao Carlos e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Labsoluções Laboratório de Análises Clínicas Ltda ME impetra mandado de segurança preventivo contra ato a ser praticado pelo Prefeito Municipal de São Carlos, sustentando que, por intermédio do contrato nº 08/2018, foi contratada para prestar serviços laboratoriais clínicos para as Unidades de Saúde do Município, e que, no curso da execução da avença, foi surpreendido com comunicação do Prefeito Municipal de que o contrato estava sendo unilateralmente rescindido, e estava-lhe sendo imposta a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal por dois anos. Argumenta que referida decisão foi proferida unilateralmente sem contraditório e defesa. Requer liminar para a atribuição de efeito suspensivo ao recurso administrativo que interpôs no processo administrativo, e pede a concessão da segurança para garantir a execução regular do contrato até que haja decisão definitiva no âmbito municipal.

Liminar concedida.

Informações apresentadas, sustentando-se a possibilidade de, mesmo reabrindo-se o prazo para a defesa, os serviços serem cautelarmente paralisados, ante a insatisfatória execução do contrato pela impetrante.

O Ministério Público declinou de sua intervenção.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório. Decido.

O art. 78, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 é expresso ao referir que nos casos de rescisão contratual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, princípios inscritos no art. 5º, LV da Constituição Federal e inerentes ao processo legal, garantido pelo inciso LIV do mesmo artigo constitucional.

Tais princípios expressam uma proteção *prima facie* também contra decisões estatais restritivas de bens e interesses de particulares não precedidas da oportunização de defesa *prévia*.

Isso quer dizer que o contraditório e a ampla defesa garantem o direito de o interessado ser ouvido e apresentar seus argumentos, inclusive com a apresentação de provas, tudo isso *antes* da tomada da decisão pelo administrador público.

Enfatizando a necessidade de o direito à defesa anteceder a tomada da decisão, ensina CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO: "(...) Estão aí consagrados [nos dispositivos constitucionais acima mencionados], pois, a exigência de um processo formal regular para que sejam atingidas a liberdade e a propriedade de quem quer que seja e a necessidade de que a Administração Pública, antes de tomar decisões gravosas a um determinado sujeito, ofereça-lhe oportunidade de contraditório e de defesa ampla, no que se inclui o direito de recorrer das decisões tomadas. Ou seja: a Administração Pública não poderá proceder contra alguém passando diretamente à decisão que repute cabível, pois terá, desde logo, o dever jurídico de atender ao contido nos mencionados versículos constitucionais (...)" (*in* Curso de Direito Administrativo. 23ª Ed. Malheiros. São Paulo: 2007. pp. 111).

Trata-se aí de se respeitar o devido processo administrativo, que engloba um conjunto de garantias, entre as quais a possibilidade de se apresentar defesa *prévia*, como referido por MARÇAL JUSTEN FILHO: "A rescisão do contrato exige estrito cumprimento ao princípio do contraditório e observância ao devido procedimento administrativo. Expôs-se em outra obra a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

extensão da garantia assegurada ao particular. Por ora, é imperioso considerar que o devido processo significa que a rescisão deverá ser precedida de um procedimento administrativo, ao qual o particular tenha ampla acesso e no qual possa deduzir sua defesa e produzir suas provas. A instauração do procedimento administrativo deverá ocorrer formalmente, inclusive com a definição dos fatos que se pretendem apreciar. Deve-se dar oportunidade ao particular para produzir uma defesa prévia e especificar as provas de que disponha. (...) (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª Ed. Dialética. São Paulo: 2005. pp. 602)

Na hipótese dos autos está comprovada a violação aos princípios mencionados.

Como exposto na decisão que concedeu a liminar, o próprio parecer jurídico de fls. 99/106 já havia emitido a opinião de que deveria ser oportunizada a defesa prévia.

Referida opinião foi simplesmente desprezada, porque a defesa e o contraditório foram abertos somente depois da rescisão unilateral, já para a interposição de recurso, fls. 120.

Impõe-se a concessão da segurança, ante a ilegalidade no procedimento.

Calha mencionar que de fato existe a possibilidade de a administração pública e de qualquer agente estatal, no âmbito do devido processo legal, praticar atos cautelares, com a postergação do contraditório e da ampla defesa (é isso, aliás, que ocorreu no presente processo judicial, com a liminar *inaudita altera parte*).

Trata-se de possibilidade prevista, por exemplo, na Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo na administração pública federal: "Art. 45. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado."

Seria em tese admissível, pois, a ordem emergencial de paralisação na execução dos serviços, no presente caso. O argumento a propósito da gravidade das faltas da impetrante e da urgência na paralisação até faz sentido. Porém, prevalece a circunstância de ser novo: somente foi apresentado agora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com a devida vênia, essa suspensão provisória do contrato demandaria a devida e contemporânea motivação, o que aqui não ocorreu. Realmente, o que se verificou foi a singela inobservância da ampla defesa e do contraditório, primeiro rescindindo-se o contrato, depois oportunizando-se a defesa. Admitir-se a 'convalidação' judicial da rescisão ilegal com a sua 'requalificação' como suspensão provisória, após a invocação tardia e *a posteriori* de um motivo novo, em defesa na demanda judicial, é despropositado e não se coaduna com as garantias do Direito Administrativo.

Confirmada a liminar, concedo a segurança para impedir a interrupção na prestação dos serviços laboratoriais clínicos pela impetrante até que haja uma decisão definitiva no âmbito municipal sobre a rescisão e sobre as penalidades, a respeito do contrato nº 08/2018.

Sem condenação em honorários advocatícios, no writ.

P.I.

São Carlos, 17 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**